

AMBIENTE

'Somos um país florestal, não agrícola'

Ed Ferreira/AE-26/10/1999

Afirmção é de Mary Alegretti, que volta à Coordenação da Amazônia

LÍGIA FORMENTI

BRASÍLIA – Pela segunda vez à frente da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Alegretti não se cansa de repetir que é preciso transformar a Amazônia de quintal, onde a ilegalidade impera, em vitrine de ações bem-sucedidas. O bordão vem acompanhado de sugestões de iniciativas, algumas já testadas em pequenos projetos, todas com o objetivo de incentivar atividades que tragam lucros aos investidores, e, ao mesmo tempo, garantam a preservação do ambiente. Seja na extração de madeira, seja na extração mineral ou na agricultura. “Temos de nos convencer de que somos um país florestal, não agrícola. Agora é hora de traçar políticas, sempre pensando em como aproveitar a riqueza, sem esgotá-la.” Uma das medidas é a criação de sete parques florestais, que, ao mesmo tempo, barrariam a extração ilegal de ma-

PARA
ELA,
LEGALIZAR É
UMA SAÍDA

deira e incentivariam madeireiros a usar a técnica do manejo. A seguir, trechos da entrevista ao Estado:

Estado – Que políticas seriam essas?

Mary Alegretti – As medidas não partem apenas do Ministério do Meio Ambiente. A ministra Marina Silva diz que uma das prioridades é traçar políticas transversais, que envolvem os ministérios da Agricultura, da Indústria e Comércio e das Cidades. Na agricultura, por exemplo, precisamos criar estratégias para aumentar a produtividade em regiões já ocupadas.

Seria um importante recurso para inibir a ocupação de novas áreas. É fundamental ainda trazer esses agricultores para a legalidade. Com amparo, incentivados por programas, é mais fácil eles se fixarem à terra e desempenharem uma atividade com menor impacto ambiental possível.

Estado – Seria uma regularização semelhante à que é proposta para áreas urbanas?

Mary – É uma filosofia semelhante. Sem a legalização, não há como controlar conflitos fun-

diários, mortes, o que dizer sobre o uso de técnicas apropriadas de produção. Sim, porque a queimada e a extração de madeira sem programação são técnicas associadas à produção, inapropriadas, mas são técnicas. Traçando essas pessoas para a legalidade, oferecendo a possibilidade de ingresso em programas de fomento, claro que haverá uma chance maior de práticas adequadas das técnicas. Uma das sugestões foi feita semana passada, pelo grupo Pró-Ambiente e pela Contag. Seria a criação de um fundo a que trabalhadores teriam acesso para ter uma técnica adequada na agricultura. É uma política compensatória, uma remuneração, um crédito por proteger o ambiente.

Estado – Quais seriam as outras formas de incentivo?

Mary – A madeira extraída de acordo com as técnicas do manejo seria um outro exemplo. Atualmente essa madeira custa cerca de 20% em média mais ca-



Mary: “Precisamos criar estratégias para aumentar a produtividade”

ra do que a madeira ilegal ou a legal, extraída sem qualquer critério. Hoje há compradores interessados em madeiras com certificados e até loja que comercializa objetos com procedência definida. Mas, para que elas se tornem mais competitivas, é preciso ajudá-las. Há a idéia de se criar um incentivo fiscal. Mas a idéia precisa de contornos mais definidos e da anuência da equipe econômica do governo.

Estado – Mas ainda são poucas as propriedades que usam o manejo sustentável.

Mary – Também aí o incentivo é pouco. Para começar, um proprietário enfrenta uma burocracia menor no Ibama para conseguir permissão de fazer o corte raso (sem planejamento e cuidado com a recuperação da área) do que permissão para fazer o manejo. Propusemos a simplificação do processo. O documento com exigências, de 50 páginas foi reduzido para 5. A ministra está fazendo uma avaliação.

Estado – E para interromper a invasão em área florestal?

Mary – O mapeamento dos desmatamentos nos mostra que as ocupações ocorrem em ciclos, com direções determinadas. Sabendo onde há maior atividade de extração, agora, podemos prever quais serão os novos movimentos. Nossa proposta é criar sete parques florestais em regiões estratégicas, próximos dos locais que podem se transformar em novos alvos de ocupação. Parte dessas áreas seria cedida a interessados, para o manejo sustentável. Seria uma forma de preservar a região e, ao mesmo tempo, conquistar o madeireiro para essa técnica. É que o manejo requer um planejamento de 25 a 30 anos. E muitas vezes um proprietário, quando compra terra, quer lucro rápido para seu investimento. Neste caso, ele pagaria um aluguel, teria infra-estrutura e orientação.

Class	63
Data	21/11/2003
Fonte	DEPA/6/10/1
SOCIOAMBIEN	
INSTITUTO	
Documentação	
Pg	1/12